



## **Retrocessos na Educação Infantil brasileira após o golpe de 2016: o governo Temer**

Relva Lopes Chaves Soares<sup>1</sup>  
Simeia da Silva Carvalho<sup>2</sup>

**Resumo:** Analisar as políticas do governo Temer para a Educação Infantil - EI é o objetivo desta pesquisa qualitativa feita a partir de revisão bibliográfica e análise documental, cuja análise valeu-se do postulado foucaultiano da governamentalidade. Os resultados revelam que o campo das políticas para a EI brasileira sofreu retrocessos significativos no período de 2016-2018, com a substituição do discurso de EI com qualidade socialmente referenciada pelo discurso neoliberal da EI.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Governo Temer; governamentalidade neoliberal.

### **1. Introdução**

O objetivo deste texto é analisar as políticas do governo Temer para a EI. A Educação Infantil - EI insere-se no projeto de sociedade democrática inscrito na Constituição Federal - CF de 1988. A Carta Magna brasileira reconhece a EI como direito das crianças brasileiras, sendo o marco a partir do qual a concepção de EI com qualidade socialmente referenciada vem sendo construída, difundida e defendida por diferentes atores, conquistando avanços na agenda política nacional a partir de muitas lutas.

Em 31 de agosto de 2016 foi consumado o golpe parlamentar-jurídico-midiático (SAVIANI, 2018) impetrado contra a presidenta eleita Dilma Roussef, eleita democraticamente com a subsequente posse do até então vice-presidente Michel Temer na presidência da República. Assumindo abertamente a racionalidade

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ensino pelo Programa de Pós - Graduação em Ensino PPGEn - UESB/ RENOEN. Professora assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH, Bahia, Brasil. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política e Gestão da Educação Básica – GEPPEB. E-mail: [relva.soares@uesb.edu.br](mailto:relva.soares@uesb.edu.br)

<sup>2</sup> Mestranda em Ensino pelo Programa de Pós - Graduação em Ensino PPGEn – UESB. Professora da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política e Gestão da Educação Básica – GEPPEB. E-mail: [meiajv@gmail.com](mailto:meiajv@gmail.com)

neoliberal e se empenhando em retomar a reforma do Estado brasileiro iniciada na década de 1990, Michel Temer, atingiu diretamente a educação pública, comprometendo seriamente a concretização do PNE, cujas metas e estratégias com prazo próximo ao pós-golpe tornaram-se “letra morta”, pois venceram sem ser atingidas ou não têm mais chances de serem concretizadas, como é o caso da meta 01, que preconiza a universalização da pré-escola até 2016 (SAVIANI, 2018).

## **2. Metodologia**

Esta é uma pesquisa qualitativa em que foram realizadas revisão bibliográfica e análise documental. O estudo bibliográfico que deu o suporte teórico à pesquisa foi feito por meio do levantamento, sistematização e análise de estudos e pesquisas a respeito do tema e políticas públicas para a EI. Os documentos analisados são escritos, oficiais, públicos e estão disponíveis na internet. A análise foi feita com base no postulado foucaultiano da governamentalidade desenvolvido pelo filósofo francês na segunda metade dos anos 1970, quando decidiu estudar o problema do Estado e da população. Segundo Soares (2017), o postulado foucaultiano da governamentalidade significa o empenho de produzir sujeitos governáveis por meio de variadas técnicas de controle, normalização e moldagem dos comportamentos das pessoas. Assim, a EI pode ser definida como uma estratégia de governo das populações infantis.

## **3. Resultados e discussões**

O Programa Criança Feliz – PCF, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, o Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa - PNAIC e os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil – PQEI sintetizam as ações do governo Temer no campo da EI.

De acordo com Foucault, a Teoria do Capital Humano é um dos principais aspectos da racionalidade política neoliberal. Este capital é tudo aquilo que, de alguma maneira, pode ser fonte de renda futura e os neoliberais detectaram que a sua produção depende de investimentos educacionais, em uma acepção ampla, reconhecendo a importância da família (FOUCAULT, 2008). Assim, mediante as

evidências de que a formação do capital humano depende, dentre outros fatores, do tempo que os pais dispõem aos seus filhos e do tipo de interações que estabelecem com eles, as crianças e suas famílias, sobretudo as pertencentes às camadas mais empobrecidas da sociedade, como as atendidas pelo PCF, tornam-se alvo da governamentalidade neoliberal, tendo em vista a capacitação das famílias para que “[...] produzam as crianças adequadas às configurações dominantes das sociedades do presente” (BUJES, 2015, p.263).

A desigualdade é inerente ao neoliberalismo (FOUCAULT, 2008) sendo exatamente este o papel do PCF, como programa focal e compensatório: deixar a desigualdade agir, negando-a, responsabilizando as famílias pobres pela sua situação de vulnerabilidade social e eximindo o Estado da sua responsabilidade de proporcionar às famílias as condições materiais concretas para a superação da pobreza como: moradia digna, saneamento básico, acesso à EI com qualidade socialmente referenciada, saúde e emprego.

No que tange à BNCC da EI, após o golpe de 2016 o processo de construção que vinha acontecendo durante o governo Dilma foi interrompido e a sistematização da terceira versão publicizada em 2017 ocorreu sem a ampla participação da sociedade civil organizada e sem o grupo de especialistas que vinham trabalhando desde 2015, uma vez que o mesmo foi destituído. Em paralelo, houve o crescimento da atuação de fundações privadas que deram o tom ao texto final (COUTINHO, MORO, 2017). Coutinho e Moro (2017) pontuam que tais mudanças no texto final da BNCC da EI indicam alinhamento com a concepção de criança como capital humano, contrapondo-se à concepção de criança cidadã inscrita nas DCNEI. Ao analisar a BNCC, Gallo (2021) pontua que apesar do texto reafirmar princípios como a cidadania e os direitos, estes são ressignificados e ficam embotados, podendo indicar o anúncio do rompimento com a governamentalidade democrática vigente no Brasil de 1985 a 2016. Percebemos assim a sinergia entre a BNCC e o PCF, delineando o projeto retrógrado e privatista do governo Temer comprometido com a governamentalidade neoliberal.

O PNAIC, por sua vez, engendra um projeto de controle do trabalho docente na EI e no ensino fundamental, constituindo uma verdadeira “máquina de avaliação” que induz os sistemas à escolarização da EI (FREITAS, 2017). A “idade certa” para a alfabetização das crianças é estabelecida a despeito das pesquisas da área,

sendo fruto da interferência dos reformadores empresariais que têm atuado proficuamente na definição das políticas educacionais brasileiras ao longo das últimas décadas (FREITAS, 2014; 2015). Assim, a inclusão da pré-escola no PNAIC é mais uma demonstração da aplicação da governamentalidade neoliberal na EI brasileira, mais uma ameaça à materialização do direito das crianças brasileiras a uma EI que promova a sua cidadania no presente, mais um passo do governo das vidas das crianças brasileiras sob a égide neoliberal, encurtando suas infâncias em nome de um futuro economicamente rentável para os que detém o poder econômico e social.

A qualidade da educação é um dos princípios constitucionais para a educação brasileira. A partir da CF foi construída uma série de leis e documentos orientadores consubstanciados no discurso de uma EI com qualidade socialmente referenciada, que preconiza o respeito às crianças e a promoção da sua cidadania desde a mais tenra idade (SOARES, 2017). A primeira versão dos PQEI brasileiros foi publicada em 2006 em dois volumes após um profícuo processo democrático de construção<sup>3</sup> que aconteceu de 2004 a 2006 (BRASIL, 2006), durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, atendendo ao Plano Nacional de Educação (2001-2010). Em 2018, os PQEI foram reformulados e, ao analisá-los, Santos (2022) concluiu que o mesmo adota a concepção de EI pautada nos princípios neoliberais e não mais nos educacionais, com ênfase na teoria do capital humano. Também foi constatada a naturalização da expansão do movimento de privatização da primeira etapa da educação básica pelo documento, que menciona o setor privado como possível parceiro na promoção do acesso às creches e pré-escolas. Além disso, a participação das organizações privadas na reformulação dos parâmetros é um indicativo da interferência cada vez maior dos representantes dos interesses hegemônicos na definição do conteúdo de políticas públicas (SANTOS, 2022).

Enfim, podemos concluir que os PQEI de 2018, assim como o PCF, a BNCC e o PNAIC compõem o projeto neoliberal assumido pelo governo Temer de governo das infâncias brasileiras na perspectiva neoliberal, validando o discurso economicista que concebe a importância da EI como mola propulsora do capital humano, antagônico à lógica democrática.

---

<sup>3</sup> O processo de construção do PQEI 2006 está descrito detalhadamente na introdução do volume 01 (BRASIL, 2006).

#### 4. Considerações finais

O golpe de estado de 2016 (SAVIANI, 2018) deixou profundas marcas na democracia brasileira que demorarão para serem superadas. As repercussões do golpe são muitas e abarcam o contexto político, econômico e social. No campo das políticas públicas para a EI, os retrocessos também foram expressivos. Como sabemos, as políticas públicas destinadas à educação da pequena infância são forjadas em um campo de disputas e possibilidades no qual as relações de poder e as suas respectivas resistências demarcam conquistas e perdas que impactam as condições de vida das crianças, principais destinatárias deste direito (SOARES, 2017).

A análise das políticas do governo Temer para a EI indicam a ruptura com a governamentalidade democrática vivenciada antes do golpe de 2016 com a substituição do discurso de EI com qualidade socialmente referenciada pelo de EI regida pelos princípios neoliberais, que transformam o direito em serviço, o cidadão em consumidor, visando a produção de capital humano. Assim, o PCF, a BNCC, o PNAIC e os PQEI de 2018 fortalecem discursos homogeneizantes, que enfatizam a priorização da pré-escola, a privatização da EI, apregoam as políticas compensatórias e de focalização, retomam o paradigma assistencialista para a creche e antecipam a escolarização para a pré-escola, negando a subjetividade infantil e a especificidade do trabalho educativo na primeira infância.

Tais discursos não são recentes no campo das políticas públicas destinadas à EI brasileira, contudo, encontraram solo fértil no contexto pós golpe, com o favorecimento das organizações empresariais na elaboração das políticas públicas educacionais e exclusão das entidades e os movimentos sociais historicamente comprometidos com a defesa do direito de todas as crianças brasileiras a uma EI com qualidade socialmente referenciada como o Mieib e a Anped. Como bem sintetizou Arelaro (2017, p. 218): “É avassalador o movimento do governo Temer no sentido de destruir e deturpar as conquistas da educação infantil em todo o país.”

Neste contexto, defender a EI com qualidade socialmente referenciada é um imperativo ético nestes tempos de “(des)construção de direitos” (FERNANDES; SIQUEIRA, 2019, p. 10). A barbárie instaurada a partir do golpe de 2016, requer ainda mais empenho por parte de todas, todos e todes envolvidos direta ou

indiretamente na luta pela materialização do direito à EI com qualidade socialmente referenciada, afinal as políticas educacionais, a exemplo das políticas públicas de maneira geral, não resultam exclusivamente do Estado, mas da correlação de forças entre este e os outros segmentos da sociedade. Relembremos com Foucault (1988) que tais correlações de força não são estáticas e imutáveis, por isso as políticas públicas refletem “[...] estados de poder, [...] sempre localizados e instáveis” (FOUCAULT, 1988, p. 89), ou seja: nada está dado como definitivo. Cada política pública encerra em si mesma tanto a possibilidade de preservação, quanto a de resistência e transformação da configuração da distribuição do poder na sociedade, uma vez que “[...] lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1988, p. 92).

## 5. Referências

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Avaliação das políticas de educação infantil no Brasil: avanços e retrocessos. **Zero-a-Seis**, v. 19, n. 36, p. 206-222, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/1980-4512.2017v19n36p206/35615> Acesso em: 10 nov. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 010172, de 09/01/2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> Acesso em: 10 fev. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais. In: RESENDE, Haroldo de (Org.) **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 259-280.

COUTINHO, Ângela Scalabrin; MORO, Catarina. Educação infantil no cenário brasileiro pós golpe parlamentar: políticas públicas e avaliação. **Zero-a-Seis**, v. 19, n. 36, p. 349-360, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Angela-Coutinho/publication/321884597\\_Educacao\\_infantil\\_no\\_cenario\\_brasileiro\\_pos\\_golpe\\_parlamentar\\_politicas\\_publicas\\_e\\_avaliacao/links/5bb252ac45851574f7f41c9f/Edu](https://www.researchgate.net/profile/Angela-Coutinho/publication/321884597_Educacao_infantil_no_cenario_brasileiro_pos_golpe_parlamentar_politicas_publicas_e_avaliacao/links/5bb252ac45851574f7f41c9f/Edu)

cacao-infantil-no-cenario-brasileiro-pos-golpe-parlamentar-politicas-publicas-e-avaliacao.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson Martins. Introdução. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson Martins (Org.) **A defesa dos direitos da criança**: uma luta sem fronteiras. Goiânia: Cânone Editorial, 2020, p. 09-16. Disponível em: [https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f5c798ad5c4d711ecbe6e5141d3afd01c/A\\_defesa\\_direitos.pdf](https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f5c798ad5c4d711ecbe6e5141d3afd01c/A_defesa_direitos.pdf) Acesso em: 15 jan. 2023

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1085–1114, out. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. Educação Infantil: adoecendo com a “idade certa”. **Avaliação Educacional**, 2015. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2015/08/18/educacao-infantil-adoecendo-com-a-idade-certa/> Acesso em: 10 mar. 2023

SANTOS, Mirian França. **Questões sobre o direito à educação infantil**: uma análise dos parâmetros de qualidade reeditados em 2018. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2022. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-28072022-091614/publico/Dissertacao\\_corrigida\\_Mirian.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-28072022-091614/publico/Dissertacao_corrigida_Mirian.pdf). Acesso em: 10 mar. 2023.

SAVIANI, D. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. IN: KRAWCZYK, N; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **O Golpe de 2016 e educação no Brasil**. 1ª ed. Eletrônica. Uberlândia: Editora Navegando, 2018. p. 27-46. Disponível em: [https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Ogolpede2016eaeduca%C3%A7%C3%A3onoBrasil\\_book-3.pdf](https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/05/Ogolpede2016eaeduca%C3%A7%C3%A3onoBrasil_book-3.pdf). Acesso em 20 jan. 2023.

SOARES, Relva Lopes Chaves. **Um olhar sobre o acesso à Educação Infantil no Território de Identidade de Vitória da Conquista – BA**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2017/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Relva-Lopes-Chaves-Soares-ok.pdf>. Acesso em 20 fev. 2023.